

CATÁLOGO NACIONAL DE SERVIÇOS



PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CATÁLOGO NACIONAL DE SERVIÇOS

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Raquel Elias Ferreira Dodge

Procuradora-Geral da República

Luciano Mariz Maia

Vice-Procurador-Geral da República

Humberto Jacques de Medeiros

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Oswaldo José Barbosa Silva

Corregedor-Geral

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho

Ouvidor-Geral

Alexandre Camanho de Assis

Secretário-Geral

Eloá Todarelli Junqueira

Secretária-Geral Adjunta



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretaria de Planejamento e Orçamento

CATÁLOGO NACIONAL DE SERVIÇOS

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

2ª Edição

Brasília - DF
MPF
2019

© 2019 – Ministério Público Federal

Todos os direitos reservados ao Ministério Público Federal

Disponível em: intranet.mpf.mp.br/politicas-e-manuais/catalogos-de-servicos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823c

Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Planejamento e Orçamento.
Catálogo nacional de serviços : planejamento e orçamento / Ministério Público Federal, Secretaria de Planejamento e Orçamento. – 2. ed. – Brasília : MPF, 2019.
13 p.

Disponível em: intranet.mpf.mp.br/politicas-e-manuais/catalogos-de-servicos.

1. Orçamento – planejamento. 2. Finanças – planejamento. 3. Serviços – catálogo. 4. Ministério Público Federal – manual. I. Título.

CDDir 341.383

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB1/2596

Secretaria de Planejamento e Orçamento

Paulo Cesar Magalhães Brayer

Secretário de Planejamento e Orçamento

Antonio Vieira de Sá

Secretário de Planejamento e Orçamento Adjunto

Natalia Ferreira Maciel

Assessora-Chefe da SPO I

Iochito Watanabe

Assessor Técnico da SPO

Katia Varão Moreira Parente Silva

Subsecretária de Planos Orçamentários

Patricia Midori Tayamiti

Subsecretária de Acompanhamento da Execução

Orçamentária e Financeira

Coordenação e organização

Secretaria de Planejamento e Orçamento

Apoio

Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica

(SGE)

Projeto gráfico, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

Procuradoria-Geral da República

SAF Sul Quadra 4 Conj. C

CEP 70050-900 Brasília – DF

Telefone: (61) 3105-5100

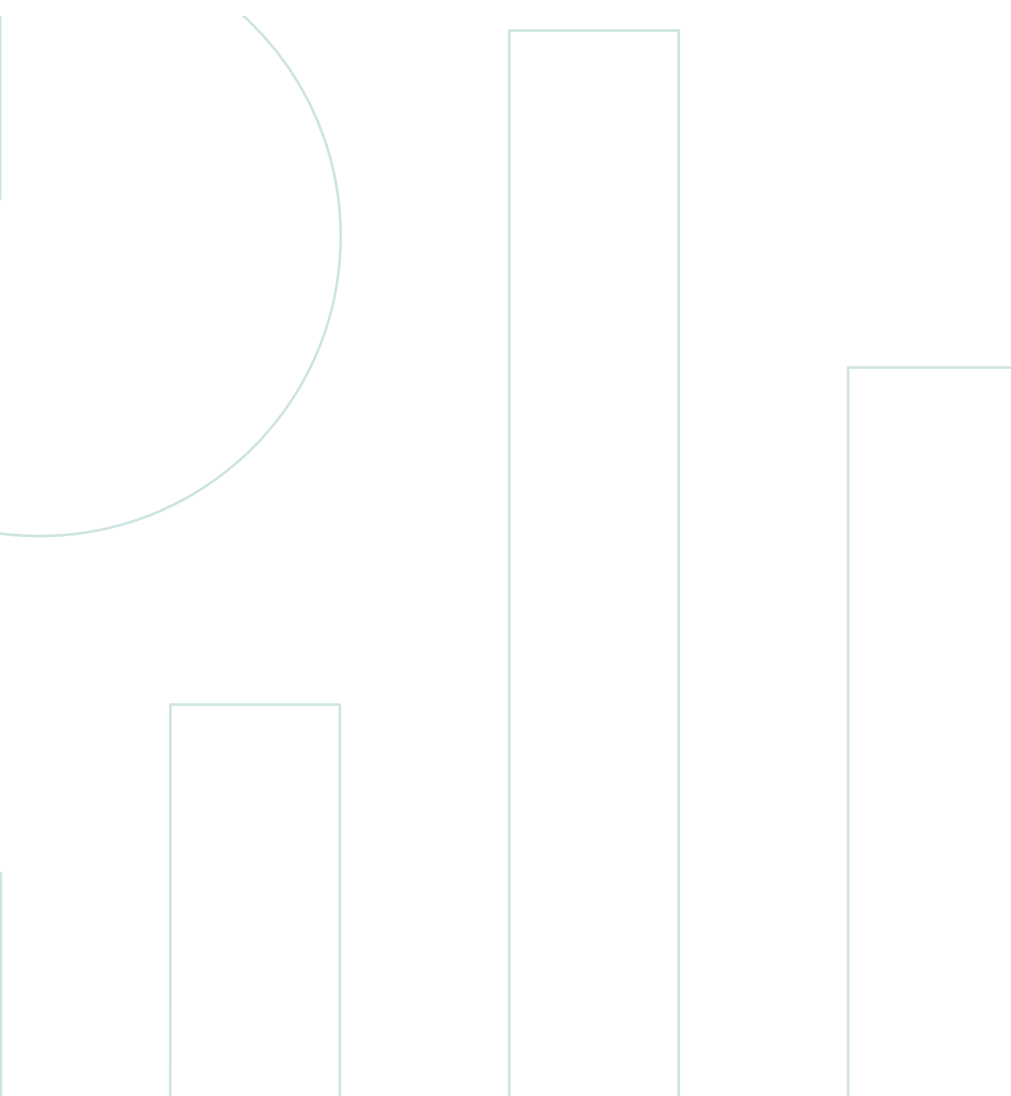
www.mpf.mp.br/pgp

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| O QUE É?..... | 5 |
| HISTÓRICO | 5 |
| COMO SUGERIR MELHORIAS? | 5 |
| ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)..... | 5 |
| LISTA DE SERVIÇOS AGRUPADOS POR TEMAS | 6 |
| ALTERAÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | 7 |
| DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM FUNÇÃO DE NOVAS AUTORIZAÇÕES | 7 |
| CADASTRO DE USUÁRIOS E ACESSO AO SIOP | 9 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO PARA AUXÍLIO NA TOMADA DE CONTAS - TCU | 10 |
| ESTUDOS, PROJEÇÕES E LEVANTAMENTO DE DADOS ORÇAMENTÁRIOS – DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | 10 |
| ESTUDOS E PROJEÇÕES DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DO AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATORIAS | 11 |

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é uma ferramenta de comunicação que descreve as principais informações sobre os serviços de planejamento orçamentário e financeiro disponíveis às Unidades Administrativas de Gestão (UAGs) do Ministério Público Federal, detalhando quem pode solicitar, quando e como, e os prazos de atendimento, com o intuito de facilitar o acesso a esses serviços.



O QUE É?

O Catálogo Nacional de Serviços de Planejamento e Orçamento do Ministério Público Federal é um documento que apresenta os serviços de planejamento orçamentário e financeiro prestados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e pelas suas Subsecretarias (Subplan e Subceof).

Esse catálogo tem como objetivo facilitar a busca de informações e o acesso aos serviços prestados pela SPO, bem como permitir maior transparência e melhoria da gestão das atividades ligadas ao orçamento.

O foco dos catálogos é apresentar, em termos gerais, os serviços oferecidos às UAGs, ou seja, sem detalhamento dos processos de trabalho internos que possibilitam o atendimento das demandas.

Os catálogos devem ser revistos e atualizados periodicamente, em razão de modificação, extinção ou implantação de serviços, e disponibilizados em meio eletrônico na intranet do MPF.

HISTÓRICO

Em 2015 foi realizado o mapeamento de processos da SPO, que permitiu identificar os principais serviços e rotinas da unidade. Esse mapeamento serviu como base para a elaboração da primeira versão do presente catálogo.

A elaboração do catálogo de serviços é uma iniciativa que compôs o painel de contribuição da SPO a partir de 2016.

COMO SUGERIR MELHORIAS?

As atividades de planejamento e orçamento são dinâmicas, e a equipe, sempre empenhada em melhorar, conta com a colaboração dos usuários dos serviços por meio de críticas e sugestões, que poderão ser encaminhadas via e-mail à SPO (pgr-spo@mpf.mp.br).

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

O Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelece o tempo de atendimento, de solução ou de disponibilidade dos serviços prestados.

LISTA DE SERVIÇOS AGRUPADOS POR TEMAS

| TEMA | SERVIÇOS |
|---|---|
| Ajustes da programação orçamentária – despesas discricionárias (exceto construções, reformas e aquisições) | <ul style="list-style-type: none"> • Alterações de classificação da despesa • Descentralização de recursos em função de novas autorizações |
| Solicitação de acesso ao Siop | <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de usuários e acesso ao Siop |
| Estudos, projeções e relatórios | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de gestão para auxílio na tomada de contas □ TCU • Estudos, projeções e levantamento de dados orçamentários – despesas discricionárias • Estudos e projeções do impacto o orçamentários do aumento de despesas obrigatórias |

» Ajustes da programação orçamentária – despesas discricionárias (exceto construções, reformas e aquisições)

O que é?

A descentralização dos créditos orçamentários para as Unidades Administrativas de Gestão (UAGs) do Ministério Público Federal é realizada conforme cronograma previamente estabelecido.

As UAGs podem solicitar alteração da classificação orçamentária e financeira da despesa sempre que houver necessidade para execução eficaz dos recursos disponibilizados. Podem, ainda, solicitar acréscimos à programação decorrentes de novas autorizações efetuadas durante o exercício.

O que é possível solicitar?

ALTERAÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

| | |
|--|--|
| Descrição | Adequação da classificação da despesa para otimizar a execução orçamentária e financeira de acordo com as reais necessidades das UAGs |
| Quem pode solicitar? | Secretarias Nacionais (assessoradas por equipe orçamentária) PRRs e PRs (assessoradas por equipe orçamentária da UAG) |
| Como solicitar? | Pelo e-mail: pgr-subceof@mpf.mp.br |
| Área responsável pela execução do serviço | Subceof |
| Acordo de Nível de Serviço | 1 dia útil |
| Normas aplicáveis | Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Planos Plurianuais, Manual Técnico do Orçamento, Emenda Constitucional nº 95/2016 e demais legislações pertinentes ao tema Orçamento |

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM FUNÇÃO DE NOVAS AUTORIZAÇÕES

| | |
|--|--|
| Descrição | Provisionar créditos orçamentários e/ou sub-repassar recursos financeiros para que as UAGs executem suas atividades e projetos |
| Quem pode solicitar? | Secretarias Nacionais (assessoradas por equipe orçamentária) PRRs e PRs (assessoradas por equipe orçamentária da UAG) |
| Como solicitar? | Pelo e-mail: pgr-subceof@mpf.mp.br |
| Área responsável pela execução do serviço | Subceof |
| Acordo de Nível de Serviço | 1 dia útil |

| | |
|--------------------------|--|
| Normas aplicáveis | Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Planos Plurianuais, Manual Técnico do Orçamento, Emenda Constitucional nº 95/2016 e demais legislações pertinentes ao tema Orçamento |
|--------------------------|--|

» Solicitação de acesso ao Siop

O que é?

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) é o sistema informatizado que suporta os processos orçamentários do Governo Federal em tempo real. Por meio do acesso à internet, os usuários dos diversos órgãos setoriais e unidades orçamentárias integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, bem como outros sistemas automatizados, registram suas operações e efetuam suas consultas on-line.

O Siop tem como objetivo prover mecanismos adequados ao registro e controle dos processos de planejamento e orçamento; fornecer meios para agilizar os processos de elaboração da LDO, da LOA, do PPA e a tramitação de pedidos de alterações orçamentárias; fornecer fonte segura e tempestiva de informações orçamentárias destinada a todos os níveis da administração pública federal; e permitir aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência das informações orçamentárias.

A Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério Público Federal (SPO/MPF) atua como órgão setorial orçamentário do Ministério Público da União (MPU). Entre outras atribuições, a SPO é responsável por cadastrar e dar acesso ao Siop para os novos usuários do MPF e demais ramos do Ministério Público da União.

Os cadastradores locais do MPU, lotados na Subsecretaria de Planos Orçamentários (Subplan), são responsáveis por efetuar a habilitação para acesso ao Siop, mediante registro formal, e atender às demandas de novos usuários. O acesso às funcionalidades do Siop, que requerem identificação, somente será autorizado após o prévio cadastramento e habilitação dos usuários, que serão os operadores do sistema, aos quais serão atribuídos perfis de acesso, conforme a necessidade do uso.

As solicitações de acesso são atendidas por meio do preenchimento de

formulário de acesso ao sistema, que deverá ser enviado por e-mail, para: pgr-subplan@mpf.mp.br.

Constarão no formulário de acesso informações do usuário, como nome, CPF, e-mail, órgão, perfil e papel, além da identificação do solicitante, que, em regra, é o responsável pela Coordenação de Planejamento, ou Coordenação de Orçamento, ou Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (ou unidade equivalente) do órgão do usuário.

Os usuários serão habilitados a operar transações apenas nos níveis de acesso que lhes permitirão cumprir suas atribuições funcionais perante o sistema.

O que é possível solicitar?

| CADASTRO DE USUÁRIOS E ACESSO AO SIOP | |
|--|---|
| Descrição | Incluir novos usuários e cadastrar permissões de acesso ao Siop |
| Quem pode solicitar? | Agentes públicos do MPF, MPM, MPDFT, MPT e ESMPU |
| Como solicitar? | Formulário enviado ao e-mail: pgr-subplan@mpf.mp.br |
| Área responsável pela execução do serviço | Subplan |
| Acordo de Nível de Serviço | 2 dias úteis |
| Normas aplicáveis | Manual de Controle de Acesso de Usuários e Sistemas Clientes ao Siop – Portaria nº 130, de 16 de novembro de 2012 |

» Estudos, projeções e relatórios

O que é?

A SPO realiza diversos levantamentos de dados, estudos, projeções e elaboração de relatórios quanto às despesas discricionárias e obrigatórias, que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões da administração superior.



Em relação às despesas obrigatórias, para todo possível acréscimo de despesa com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, são necessários estudos e projeções com a finalidade de verificar o impacto orçamentário, tanto no exercício de entrada em vigor da lei ou portaria quanto nos exercícios seguintes.

Quando o acréscimo de despesa obrigatória for relativo a pessoal e encargos sociais, é necessário verificar a adequação deste aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que é possível solicitar?

RELATÓRIO DE GESTÃO PARA AUXÍLIO NA TOMADA DE CONTAS - TCU

| | |
|--|--|
| Descrição | Documento que instrumentaliza a transparência da gestão fiscal do MPU perante os órgão de controle |
| Quem pode solicitar? | Comissão de Tomada de Contas - MPU |
| Como solicitar? | Memorando ou pelo e-mail: pgr-subceof@mpf.mp.br ou telefone (61) 3105-6149/6138 |
| Área responsável pela execução do serviço | Subceof |
| Acordo de Nível de Serviço | 20 dias corridos |
| Normas aplicáveis | Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013 e normas específicas editadas pelo TCU para prestação de contas em cada exercício |

ESTUDOS, PROJEÇÕES E LEVANTAMENTO DE DADOS ORÇAMENTÁRIOS – DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

| | |
|-----------------------------|--|
| Descrição | Estudos e projeções que subsidiam as decisões sobre despesas discricionárias acerca da gestão orçamentária e financeira do MPU |
| Quem pode solicitar? | PGR e secretário-geral |



| | |
|--|--|
| Como solicitar? | Memorando, ofício, pelo e-mail: pgr-subplan@mpf.mp.br ou telefone (61) 3105-6513/6719 Pelo e-mail: pgr-subceof@mpf.mp.br ou telefone (61) 3105-6149/6138 |
| Área responsável pela execução do serviço | Subplan (despesas com obras) Subceof (demais despesas discricionárias) |
| Acordo de Nível de Serviço | 7 dias úteis |
| Normas aplicáveis | Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Planos Plurianuais, Manual Técnico do Orçamento, Emenda Constitucional nº 95/2016 e demais legislações pertinentes ao tema Orçamento |

ESTUDOS E PROJEÇÕES DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DO AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS

| | |
|--|--|
| Descrição | Estudos e projeções que subsidiam as decisões sobre despesas obrigatórias acerca da gestão orçamentária e financeira do MPU |
| Quem pode solicitar? | Secretário-geral |
| Como solicitar? | Telefone (61) 3105-6513/6719 |
| Área responsável pela execução do serviço | Subplan |
| Acordo de Nível de Serviço | 10 dias úteis |
| Normas aplicáveis | Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Planos Plurianuais, Manual Técnico do Orçamento, Emenda Constitucional nº 95/2016 e demais legislações pertinentes ao tema Orçamento |



MPF

